

DEPARTAMENTO DE LETRAS

MULTICULTURALISMO CRÍTICO POR UMA PEDAGOGIA DA TOLERÂNCIA

Patrícia Carvalho de Onofre (ISAT / Colégio Pedro II)
pcarvalho@predialnet.com.br

O contato entre culturas distintas faz parte da história da humanidade. Originalmente nômade, o homem se desloca por diferentes motivos, muitos sintetizados na busca por melhores condições de vida. Os movimentos migratórios têm levado à constituição de sociedades híbridas étnica e culturalmente. Diante disso, pode-se concluir que não há, provavelmente, nenhum país no mundo que possa ser considerado homogêneo na sua constituição humana e cultural, ou seja, os agrupamentos sociais são, intrinsecamente, multiculturais.

O multiculturalismo tem se intensificado desde a Segunda Guerra Mundial. A necessidade de expandir seus mercados levou as nações a se abrirem para produtos de outros países, marcando o crescimento da ideologia econômica do liberalismo. A nova ordem mundial se deu com a formação de blocos econômicos, fenômeno ainda em processo, estruturado com o intuito de facilitar as trocas comerciais. Entretanto, nessa relação entre as nações, as trocas não se dão exclusivamente no âmbito do mercado, mas remetem a outras esferas como a social, a política e a cultural.

Stuart Hall (2003) chama a atenção para o fato de que o multiculturalismo, apesar de ser um termo usado universalmente, está longe de representar “um estado de coisas já alcançado”. Segundo o autor, o termo é polissêmico, pois existem diferentes multiculturalismos, que abrangem diferentes posturas ideológicas, como o conservador, o liberal, o pluralista, o comercial, o corporativo e o crítico. Analisando livros didáticos de inglês LE, Katia Motta, em seu texto *As Diferenças, Resgatando o Coletivo – Novas Perspectivas Multiculturais no Ensino de Línguas Estrangeiras* identifica as distintas perspectivas de que falam Hall (2003) e McLaren (2000). Livros didáticos que apresentam, em suas unidades pedagógicas, fotos e imagens de diversas culturas mas trazem como foco principal os valores culturais socialmente privilegiados estão baseados em uma visão “conservadora” do multiculturalismo. Como exemplos de li-

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

vros que contêm uma visão considerada “humanista liberal”, a autora cita aqueles que “se destinam à educação de classes populares com o intuito de promover a inclusão, mas, na verdade, reforçam a realidade social vigente na qual os discursos mantêm as relações de poder” (Motta, 2000, p. 43) Aqui, a autora se refere a materiais de ensino de inglês destinados a trabalhadores imigrantes nos Estados Unidos. Outros materiais que, aparentemente, pretendem valorizar a cultura de origem apresentando exclusivamente conteúdos culturais do grupo ao qual pertencem os alunos e que acabam por refletir uma política de segregação estão calcados em uma visão “liberal de esquerda”. Não queremos neste artigo defender nenhuma dessas vertentes do multiculturalismo. Ao contrário, optamos pela perspectiva crítica, ou seja, aquela que se compromete com o papel transformador da escola e entende a inclusão da diversidade cultural nos currículos como decisão política essencial para o bem-estar dos cidadãos.

Segundo Ana Canen (2007), “o multiculturalismo crítico focaliza não só a diversidade cultural e identitária, mas também os processos discursivos pelos quais as identidades são formadas”, ou seja, essa visão de multiculturalismo está interessada em analisar os discursos que conformam as identidades e as diferenças e não só na constatação da pluralidade de identidades e das relações de poder existentes nelas.

O multiculturalismo se relaciona, portanto, diretamente com as questões identitárias. O sujeito iluminista, possuidor de uma identidade unificada e estável, se opõe ao sujeito contemporâneo, plural, multifacetado, composto por diferentes camadas que se sobrepõem e amalgamam. Ser mulher, brasileira, professora, divorciada, mãe, ter quarenta anos, todas essas características compõem minha identidade, e em determinados momentos e espaços a marca identitária de gênero prevalecerá sobre a da nacionalidade; em outros, a profissão se sobreporá à de gênero e assim sucessivamente. Não há, portanto, um tipo identitário puro, uma vez que somos construídos hibridamente.

Cuche (1999) nos fala da contradição presente na constituição da identidade social, ao ser ela, ao mesmo tempo, inclusão e exclusão, na medida em que identifica o grupo e o distingue de outros grupos. Vale ressaltar que tal identidade não se constitui em um blo-

co imutável, uma essência acabada, pois pensando assim corre-se o risco de se chegar a um congelamento das identidades. Exemplifiquemos com a questão indígena. Pensar em estratégias de oposição ao preconceito contra índios tomando-os como um grupo homogêneo e desconsiderando suas diferentes linguagens e modos de vida, seria congelar sua identidade. Todos os índios são iguais?

Não se pode pensar em identidade sem falar em interação. “Não há identidade em si, nem mesmo unicamente para si. A identidade existe sempre em relação a uma outra. Ou seja, identidade e alteridade são ligadas e estão em uma relação dialética.” (Cuche, 1999, p. 183). Isso quer dizer que a construção da identidade se dá no interior das trocas sociais, e tal construção é sempre dinâmica. Entretanto, esse movimento nem sempre é harmônico. Relações de poder e de dominação estão em jogo quando distintas comunidades entram em contato e, segundo Cuche, “somente os que dispõem de autoridade legítima, ou seja, de autoridade conferida pelo poder, podem impor suas próprias definições de si mesmos e dos outros” (Cuche, 1999, p. 186).

A tensão entre universalismo e relativismo é também um tema presente na perspectiva multicultural. Por meio do universalismo entende-se que existem valores compartilhados pelos indivíduos independentemente das culturas das quais fazem parte, ou seja, valores universais. Por outro lado, o relativismo prega que uma crença e/ou atividade humana individual deva ser interpretada em termos de sua própria cultura, ou seja, não há uma verdade absoluta, mas a existência de verdades que variam de acordo com os valores culturais de cada povo. Não cair em um extremo ou em outro é mais uma orientação do multiculturalismo crítico. Por exemplo: os movimentos homossexual, feminista e anti-racista, que buscam a defesa desses grupos marginalizados com a valorização de sua diferença, algumas vezes levam a guetos que, se não impedem, dificultam as trocas interculturais. Outra situação que poderia servir de ilustração dessa relação entre o universal e o relativo é a da violência cometida contra as mulheres que sofrem a clitoridectomia (mutilação genital) na infância em alguns países africanos, como a Somália e o Afeganistão. Hábito cultural ou símbolo da degradação humana? É possível relativizar tal atrocidade ou estamos de acordo que a violência contra a mulher deve ser combatida porque atenta contra um direito universal?

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Nem tudo é relativo... A integridade física e psíquica dos indivíduos deve ser respeitada e estar acima dos hábitos culturais, crenças e rituais de um grupo. Para isso existem os direitos humanos, consagrados pelas Nações Unidas, que garantem aos homens e mulheres a defesa contra a intolerância, a prepotência, a desigualdade e qualquer forma de tortura.

Em 2008, uma reforma constitucional na Turquia autorizou o uso do véu entre jovens islâmicas nas universidades. O uso desse símbolo islâmico era proibido desde a década de 80, quando aquele país se instituiu como um estado laico. Essa autorização foi justificada pelo governo como uma tentativa de garantir que todos os cidadãos passassem a ter acesso à educação superior. Entretanto, grupos de oposição se manifestaram contrários à medida, alegando que o fim da proibição afetaria a separação entre religião e Estado naquele país. A questão é, portanto, polêmica. Existe um limite muito tênue que se observa ao analisar o uso do véu islâmico, que pode ser visto ora como símbolo identitário muçulmano, ora como instrumento de opressão e submissão femininas.

Ao longo da história, tem-se verificado que o binômio política e religião não tem levado a bons resultados. Em nome de crenças religiosas exerceu-se a intolerância e cometeram-se grandes atrocidades. Em realidade, tal situação ainda se mantém e, pelo visto, se perpetuará enquanto não conseguirmos respeitar a diversidade cultural. A verdade é que, nos últimos tempos, temos vivenciado no mundo “um forte revival do nacionalismo étnico, alimentado por ideias tanto de pureza racial quanto de ortodoxia religiosa” (Hall, 2005, p. 93). O crescimento do fundamentalismo islâmico é um exemplo desse fenômeno, interpretado ora como uma reação ao caráter forçado da modernização ocidental, ora como uma resposta ao fato de estarem fora da globalização.

As sociedades do mundo estão em processo de *globalização* desde o início da História. Entretanto, o que se entende modernamente por globalização data (dependendo da conceituação e da interpretação) do colapso do bloco socialista e o consequente fim da Guerra Fria e do fim da Segunda Guerra Mundial.

Hall nos fala da globalização como um “sistema de desigualdades e instabilidades cada vez mais profundas, sobre o qual nenhu-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

ma potência, - nem mesmo os Estados Unidos, que é a nação mais poderosa em termos econômicos e militares da terra – possui o controle absoluto”. (Hall, 2003, p. 59) Uma possível consequência da globalização é, como já citado anteriormente, a homogeneização cultural resultante da desintegração das identidades nacionais. Entretanto, ela não é a única. Hall (2005) assinala outros dois prováveis caminhos que não seriam necessariamente excludentes, ou seja, em diferentes grupos e regiões poderão ser verificadas uma ou mais das consequências apontadas pelo autor. Uma delas seria, então, o fortalecimento das identidades locais, causado pela resistência á globalização; a outra, o declínio e a substituição das identidades nacionais por outras de caráter híbrido.

A afirmação de Hall de que “a globalização não é um processo natural e inevitável, cujos imperativos, como o Destino, só podem ser obedecidos e jamais submetidos à variação” (Hall, 2003, p. 60) denota que, para além dessa força homogeneizante, existe um movimento de resistência que valoriza as diferenças. A sensação, percebida pela expansão da cultura norte-americana, o “american way of life”, de que o mundo é uma única aldeia, vem paradoxalmente acompanhada por “modalidades vernáculas (...) que constituem o fundamento para um novo tipo de localismo que não é suficientemente particular, mas que surge de dentro do global, sem ser simplesmente um simulacro deste.” (Hall, 2003, p. 61) Diante desse quadro, vale registrar novamente a defesa pelo pluralismo, manifesto pelo multiculturalismo crítico que, contrário aos binarismos branco-negro, homem-mulher, eu-outro, propõe a tolerância recíproca e o respeito pelas diferenças sem, no entanto, buscar intensificá-las.

Trazendo essas questões para a sala de aula, e entendendo esse espaço como um micro-cosmos da sociedade, vemos também ali um cenário multicultural, constituído por uma diversidade de vozes e identidades. A valorização da voz do sujeito/professor e do sujeito/aluno, a desconstrução da polarização dos saberes, a construção do conhecimento de forma dialética e multidimensional são propostas de ensino multicultural.

Especificamente sobre o ensino/aprendizagem de línguas, cabe discutir os valores, crenças e esteriótipos existentes com relação às línguas estrangeiras. O professor de LE deve se negar a assumir

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

uma postura assimilacionista, por meio da qual uma cultura se impõe sobre a outra, excluindo a identidade dos alunos e rejeitando suas tradições culturais. Ao contrário, o ensino de LE pode e deve incluir as culturas locais, valorizando a interação e o respeito pela diferença.

O multiculturalismo apresentado como uma vertente folclórica que valoriza os aspectos exóticos, reduzindo cultura à culinária, à dança, ao vestuário, e que deixa de lado o questionamento sobre o preconceito e a desigualdade deve ser rechaçado. Trazer para a sala de aula objetos que simbolizam uma cultura estereotipada, tais como “abanicos y castañuelas” para representar a Espanha ou “sombreros mexicanos” para referir-se à cultura daquele país; festejar o “dia da hispanidade” quando se passou o ano letivo inteiro sem se remeter às questões hispânicas; considerar naturais as formas de exploração de um povo sobre o outro ou a supremacia de uma cultura sobre a outra, todas essas atitudes denotam um tratamento superficial e equivocado às questões culturais e identitárias. A escolha do livro didático, por exemplo, deve ser criteriosa, já que não é raro verificar nesses materiais a reprodução de preconceitos, como em um livro de espanhol publicado na década de 80 que, ao apresentar personagens que remetiam a diferentes nacionalidades, trazia a imagem de um macaco vestido com uma camisa amarela e com uma bola na mão em um campo de futebol, identificado como brasileiro. Como afirma Katia Motta, “a presença figurativa de elementos culturais não assegura, ou pode até distorcer os princípios autênticos do movimento multiculturalista.” (Motta, 2004, p. 41).

Selecionando textos autênticos que representam a diversidade linguística, social e cultural das comunidades e estimulando nos alunos a interação, o discurso polissêmico, a problematização de questões, nós, professores de língua materna e língua estrangeira, estaremos abrindo as portas para o exercício de uma ética da solidariedade e da tolerância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANEN, Ana. O multiculturalismo e seus dilemas: implicações na educação. In: *Revista Comunicação e política*, 2007, V.25, nº 2, p.91-107. Acessado em:

DEPARTAMENTO DE LETRAS

www.cebela.org.br/imagens/Materia/02DED04

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: E-DUSC, 1999, p. 17-31 e 175-202.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.

MCLAREN, P. *Multiculturalismo revolucionário: pedagogia do dissenso para o novo milênio*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

MOTA, K.M.S. Incluindo as diferenças, resgatando o coletivo – novas perspectivas multiculturais no ensino de línguas estrangeiras. In: MOTA, K. e SHEYERL, D. *Recortes interculturais na sala de aula de línguas estrangeiras*. Salvador: EDUFBA, 2004. p. 35-60.